

## SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA MEDICINA POPULAR NO BRASIL\*

Oswaldo Martins RAVAGNANI\*\*

---

*RESUMO: Esse artigo analisa a contribuição da medicina indígena, portuguesa, africana e outras na formação da fitoterapia popular brasileira; a participação do jesuíta na sua divulgação; a predominância do reino vegetal sobre o animal e mineral; a penetração para oeste e sua difusão no interior.*

*UNITERMOS: Medicina africana; medicina indígena; medicina portuguesa; fitoterapia; formação da fitomedicina popular; contribuição dos jesuítas.*

---

Parece fora de dúvida que a farmacopéia popular se assenta, na sua grande maioria, no reino vegetal, em detrimento do animal e mineral. E isto observamos não só entre as sociedades complexas, como também nas simples. Os autores que estudaram estas últimas são unânimes em salientarem a predominância da fitoterapia. Darcy Ribeiro (21:54) afirma que "A flora e a fauna fornecem aos índios Urubus um grande número de medicamentos; registramos 67 diferentes, a maioria de origem vegetal". Com referência aos índios Vapidianos nos diz Mussolini: "O uso de plantas medicinais (muitas vezes adotadas pelos brancos da região com ótimos resultados) é muito comum" (17:141). Sobre os Borôro encontramos em Colbacchini e Albisetti (7:103) que "também a esses remédios chamam jorubbo e são vegetais, quasi todos". Falando genericamente sobre a população indígena diz Santos Filho (23:11) que "A terapêutica indígena, ... baseava-se nas virtudes medicinais de grande quantidade de espécimes da flor brasileira", no que é confirmado por Martius (15:236)". É considerável o nú-

mero de substâncias medicinais do reino vegetal que os brasis costumam empregar..." e por Azevedo (2:267)... a terapêutica ameríndia dispunha de rica matéria médica em que os três reinos naturais concorrem, representando a flora o papel mais destacado".

Também nos centros urbanos e rurais notamos a superioridade quantitativa das plantas. Campos (5:31) assinala em seu trabalho sobre a medicina popular do Ceará que "A predominância de remédios fornecidos pelo reino vegetal sobre os de fontes mineral e animal tem sido indiscutivelmente apresentada através dos tempos". Da mesma opinião é Araújo (1:124) "...sem dúvida a fitoterapia é a mais largamente empregada, é mesmo a parte mais importante da farmacopéia folclórica".

Estes dados foram confirmados pelas coletas que realizamos em diversas épocas e locais. Demos total liberdade para que os informantes nos relatassem os remédios por eles conhecidos e utilizados. E observamos que a grande maioria das in-

---

\* Esse artigo é uma reelaboração de uma parte de minha dissertação de Mestrado intitulada. *Fitoterapia um ensaio sobre medicina popular.*

\*\* Professor Assistente Doutor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — Campus de Araraquara — UNESP.

formações se referia a plantas, mais de 2 mil receitas, (19:379 e 395) uma parte a simpatias, quase 600, (6) e um número bastante reduzido incluía os reinos animal e mineral. As coletas foram realizadas em mais de 100 locais da zona urbana e rural do Estado de São Paulo e uma pequena faixa do sudoeste de Minas Gerais (20).

De acordo com Araújo (1:43) “A medicina rústica é o resultado de uma série de aculturações de medicina popular de Portugal, indígena e negra”, com o que concordamos. Porém torna-se difícil precisar, em termos quantitativos, qual foi a contribuição de cada um desses elementos. Parece-nos correta a informação dos autores de que a influência africana teria sido a menor, pelo menos no que diz respeito à fitoterapia. Diz Santos Filho (23:37) que “A medicina africana já por bem inferior à medicina indígena, não encontrou no Brasil meios suficientes para sua expansão material ou mesmo para sua simples sobrevivência e acabou assimilando os conhecimentos americanos e europeus, tornando-se o negro curador em tudo semelhante aos demais curandeiros”.

É inegável, porém, que algumas plantas medicinais por eles introduzidas passaram a fazer parte da medicina popular brasileira. É o que afirma Bastide (3): “Os negros do Novo Mundo trouxeram com eles o conhecimento das plantas medicinais africanas, de que introduziram diversas no Brasil. Aprenderam também com os índios, com os quais trabalharam a princípio nas plantações, e com os brancos, que, na falta de médicos no interior da colônia serviram-se por muito tempo de “remédios caseiros”, as virtudes de outras ervas”. Araújo (1:115) é da mesma opinião: “Na medicina popular brasileira apareceu a influência negra, destacando-se entre as plantas o uso da maconha, do

azeite de dendê e uma lista grande de comidas curativas e alimentares outras...”

Em nossa coleta não observamos, nem a bibliografia consultada sobre a medicina nos terreiros de umbanda, candomblé e catimbó deixa transparecer, uma maior influência dos vegetais de origem africana ou indígena nestes locais, onde os descendentes destas etnias conservam mais as tradições. Porém, Santos Filho (24:114) afirma isso: “Ultrapassada, descreditada e olvidada, da Arte indígena restaram apenas resquícios que, fundidos com os remanescentes da Arte africana, compõem as práticas de curandeiros, feiticeiros e pai-de-santo dos candomblés e de centros de baixo espiritismo.”

Quanto à influência da medicina indígena notamos, pela bibliografia, duas correntes de pensamento: uma que tenta minimizá-la e outra maximizá-la. A primeira parece ter surgido com Martius e se mantido graças a seu prestígio como botânico. Para entendermos a posição desse autor com relação aos indígenas é preciso salientar que em sua época existiam duas teorias sobre eles: a da progressão e a da regressão. A primeira sustentava que as sociedades tribais se encontravam num estado de desenvolvimento inicial e retardado, apesar de progressivo, tendendo para a civilização. A segunda afirmava que elas já haviam estado, num tempo anterior, numa fase de grande desenvolvimento, do qual regrediram (9:24).

Martius era, sem nenhuma dúvida, adepto da última. Algumas passagens de seus livros dizem-no claramente. Vejamos: “Da mesma forma que o restante da vida pública e privada desde barbaros, também a fraca notícia que tem dos medicamentos é uma prova de que são as reliquias de uma raça n’outro tempo mais culta e florescente, assim como que os seus conhecimentos médicos não passão

de um miserável fragmento da sciencia antiga accommodada á natureza” (16:19). \*

Esta concepção entrou em choque com o fato de ter observado, em suas viagens pelo interior do Brasil, o grande conhecimento que os índios tinham sobre as plantas medicinais e o uso que delas sabiam fazer. A consequência disto foi a sequência de contradições que deparamos em suas obras. Em algumas passagens afirma: “Esse fato desmente a opinião geral, porém falsa, de que os índios dispõem de muitos e eficazes medicamentos. Segundo toda a minha experiência, são raras as plantas que conhecem, primando entre elas certos frutos purgativos, como meio curativo, e muitos cipós e sucos seivosos de efeito venenoso”. (27:238 e 15:249-50, nota 103). Na mesma obra encontramos: “Conhecem também os silvícolas muitas plantas que são eficazes para certas doenças; entretanto, não têm idéia da dosagem, nem das horas de administração, nem do seu termo” (27:271-2, nota 4). Em outro livro, referindo-se aos vegetais por ele citados, diz: “Um grande número destas plantas já os aborígenes do Brasil (Índios) as conhecião e costumavão applicar em consequencia de suas virtudes, ...” (16:18). E algumas páginas adiante repete: “A maior parte das plantas medicas que inseri nas tabellas erão conhecidas às nações indias, ...” (16:20-1). É de notar, para se ter uma idéia aproximada da quantidade dessas plantas a que está se referindo, que o título da obra em questão é: *Sistema de matéria médica vegetal brasileira contendo o catálogo e classificação de todas as plantas brasileiras conhecidas*. E são mais de quatrocentas as plantas aí catalogadas!

Ao admitir que os indígenas tivessem conhecimento e fizessem uso medicinal da

maior parte das plantas anotadas estava contestando sua crença sobre a decadência e brutalidade deles. Contorna esta situação se contradizendo, ao explicar que “Em geral, a maioria das plantas, hoje empregadas no Brasil pela medicina, foram achadas pelos primeiros colonos, em particular os paulistas, e por aqueles que já traziam reminiscências das plantas úteis das Indias Orientais” (27:271-2, nota 4 e 15:249-50, nota 103).

É bem provável que os primeiros colonos tivessem feito várias descobertas e trazido alguns conhecimentos de outras regiões também colonizadas pelos portugueses. Mas como veremos adiante, a grande maioria foi, no início da colocanização, de origem indígena, conhecida e divulgada pelos jesuítas, conforme afirmam depoimentos da época. Sérgio Buarque de Holanda (10:91) diz que “Não é improvável que um critério a que se pode chamar analógico, derivado da tendência para procurar entre os produtos da terra elementos já conhecidos no Velho Mundo, tenha contribuído de certo modo para a criação da medicina sertaneja. E esse critério terá valido na seleção de drogas como também de amuletos e sobretudo medicamentos bezoárticos”.

Com relação ao pensamento de Martius aqui exposto, diz este mesmo autor: “Constitui aliás matéria controversa a parte que teria cabido aos indígenas no descobrimento e conhecimento de-tais remédios. Pode-se admitir, em todo o caso, que essa contribuição teria sido mais considerável e também mais essencial do que desejava acreditar Martius, sempre disposto a diminuir a influência do gentio ou a acentuar apenas seus aspectos negativos”. (10:88)

\*Certa vez, tendo Martius reeitado um medicamento a seus acompanhantes que sofriam de febre gástrica, sem obter resultado, foi aconselhado por um índio velho a usar o mesmo remedio, porem do tronco e não das hastes como havia feito Seguindo seu conselho obteve sucesso. Disso concluiu que “E se um Índio sem instrução pode conhecer semelhante differença, não ha de certo motivo para deixarmos de obedecer as leis desse empirismo que apezar de rude, parece fundar-se em razões as quaes, como fica dito, são as últimas reliquias de uma sabedoria mais elevada e mais activa” (16 31)

Outro autor que partilha da mesma concepção de Martius é Rugendas. Afirma que “Os selvagens conhecem pouco, pode-se dizer mesmo quase nada, os remédios internos” (22:117).

A maioria dos autores, entretanto, tendem a reconhecer que a influência indígena na medicina popular dos primeiros séculos foi a maior, ultrapassando mesmo a portuguesa. E que os méritos couberam aos jesuítas que captaram sua confiança, aprenderam a utilizar seus remédios e os divulgaram no Brasil e na Europa. Segundo Santos Filho (25:146) “E aos padres jesuítas cabe o mérito do aproveitamento e vulgarização das propriedades terapêuticas de vegetais que logo foram incorporados à farmácia, como a copaíba, a ipecacuanha, o jaborandi e tantos outros”. E logo adiante explica o interesse jesuítico pela medicina índia: “A assistência médica constituiu-se poderosa arma de que se serviu a Companhia de Jesus para os trabalhos de catequese do indígena” (25:147 e 23:23).

As doenças introduzidas pelo colonizador entre os índios, as terríveis epidemias que dizimavam-nos à centenas, principalmente entre aqueles que estavam concentrados nas missões, devem ter abalado o prestígio do pajé, impotente diante de tantas calamidades. E este vazio foi preenchido pelo astuto jesuíta, vendo nesta situação a possibilidade para ganhar a confiança tribal. É o que se deduz de vários depoimentos. Vejamos o que diz Santos Filho (25:146-7. Cf. 13.56,298,312 etc), referindo ao pajé: “Perdida sua influência, desmoralizado, foi aos poucos substituído, em suas funções e entre o seu povo, pelo catequista, o padre jesuíta”. Serafim Leite observa: “Contendo-se dentro desta posição, discreta e científica, nem por isso deixaram de captar a confiança absoluta dos Índios, que chamavam os Padres o seu poçanga, isto é, a sua verdadeiro medicina...” (11:569-70).

A conduta dos jesuítas perante os pajés parece ter sido primeiro aprender os seus conhecimentos sobre a flora medicinal e depois desprestigiá-los e substituí-los, aproveitando as crises epidêmicas. Santos Filho escreve: “... e na falta de drogas européias, foram obrigados a lançar mão da flora medicinal nativa, dos recursos da terra” (24:148) e “Somente os jesuítas conseguiram obter o mais amplo conhecimento das virtudes terapêuticas de plantas nativas” (24:107). A consequência dessa aprendizagem foi que “As curas proporcionaram aos homens da roupeta enorme prestígio e grande proveito, além de preciosa ocasião para a catequese” (24:120).

Porém o colono não tomou conhecimento da medicina indígena unicamente através dos jesuítas, como deixa transparecer alguns autores, entre eles Prado (18:230): “Ademais, no isolamento causado pela escassez dos brancos, pelas distâncias, e falta de comunicações, os povoadores tratavam-se a si mesmos, logo descobrindo na farmacopeia indígena panaceas milagrosas”. Ou Debret (8:38): “A província do Rio Grande é, no Brasil, aquela em que se encontra menor número de negros, pois quase todos os trabalhos são aí executados por índios civilizados. Tanto assim, que nessas regiões já se adotaram diferentes remédios empregados pelos selvagens,...”

Concluindo podemos deduzir, com base em dados bibliográficos, que nos primeiros séculos da colonização a influência da medicina indígena foi muito grande, graças principalmente aos jesuítas que a divulgaram. E que esta influência teve início já nas primeiras décadas após a descoberta do Brasil, com os primeiros jesuítas. Pois como diz Serafim Leite (12:166) “Se a necessidade obrigava a ter um depósito as cousas da botica vindas de Portugal, não seria inútil saber também o que a terra podia contribuir com as suas plantas medicinais. De algumas dá notícia

Nóbrega e se começaram a estudar e utilizar em receitas próprias...”. Ou Santos Filho: “As cartas jesuíticas deixavam entrever que os padres da Companhia procuravam conhecer e usar, apenas chegados, as “medicinas” do país. E conhecidos os efeitos difundiram logo, entre os seus, a notícia dos resultados” (23:26).

Podemos inferir também que, dessa medicina, havia predominância total da fitoterapia, já muito conhecida pelos indígenas. E que apenas esta parte foi aproveitada e difundida pelos padres jesuítas, enquanto combatiam as demais formas mágico-religiosas de cura. Araújo (1:114) afirma que “A fitoterapia é, em parte, herança que os índios nos legaram. Deles recebemos a maioria dos nomes das plantas e o conhecimento de suas utilidades e ainda se utilizam suas experiências na farmacopéia rústica”. Em Santos Filho (25:151) lemos: “As plantas medicinais nativas constituíram o maior arsenal terapêutico empregado já conhecidas dos indígenas e por eles usadas, aproveitadas pelos padres, que as difundiram, os demais profissionais da medicina delas se valeram no seu receituário”. E que se restringia, na sua quase totalidade, aos conhecimentos medicinais do grupo Tupi. O próprio Martius (16:20-1) reconhece isto ao afirmar que “A maior parte das plantas médicas que inseri nas tabellas erão conhecidas às nações indias, residentes desde alguns séculos, principalmente nas proximidades do mar, que podem ser consideradas como os membros dispersos de um grande povo, e a que costumão chamar tupi”.

Quanto à influência da medicina portuguesa parece-nos ter sido pequena, embora reconheçamos a dificuldade em separar seu conhecimento daquele que obteve dos indígenas, uma vez que eram as mesmas pessoas que a exerciam, e pela ênfase que os documentos da época davam às práticas médicas índias. De acordo com Santos Filho (24:60). “Com as expedições

povoadoras e colonizadoras, com as expedições organizadas pelos donatários das capitanias criadas por D. João III, chegam, a partir da terceira década do século XVI, os primeiros profissionais da Medicina. São os cirurgiões-barbeiros, os barbeiros, os boticários e seus aprendizes...Trazem os rudimentos que sabem da ciência européia, melhor dito, da ciência ibérica, pois são de nacionalidade lusa e espanhola. Carregam, como arsenal terapêutico, os instrumentos de lancetar, sangrar, cortar e serrar, mais os remédios, os “simplices”, acondicionados nas “caixas-de-botica”. Quando não esgotados pelo uso, as drogas deterioram-se pelo tempo, e a solução encontrada foi o aproveitamento da flora medicinal nativa”.

Parece, entretanto, que poucos sucessos tiveram esses especialistas na colônia, pois o mesmo autor logo adiante diz: “A medicina jesuíta rivalizou, nos séculos XVI e XVII, com a desenvolvida pelos profissionais da Arte de curar, sobrepujando-a nos sentidos de maior eficiência, mais caridade no trato e melhores conhecimentos” (24:62).

Supomos que tenham, também, assimilado a medicina nativa, devido às dificuldades da época em renovar os remédios trazidos da Europa e a concorrência e prestígio adquiridos pela medicina jesuíta. Santos Filho nos diz que “Os missionários, os cirurgiões-barbeiros e barbeiros, e, ainda, a tradição oral conservaram a memória e difundiram o uso dos vegetais conhecidos e empregados pelos nativos...(24:106).

Se por tradição oral entendermos o conhecimento da medicina popular dos colonos, podemos concluir que nem estes conservaram e transmitiram a medicina popular portuguesa, tendo permanecido, do conhecimento do português, do africano e do indígena, sobretudo a deste último.

Isso não implica em reconhecer que a medicina popular brasileira seja “in to-

tum” a medicina indígena conservada e transmitida através dos séculos. Mas tão-somente que partiu basicamente dela, tendo sido acrescida de novas descobertas e da introdução na colônia de novas plantas. E isso desde o início da colonização. Nossa posição é de que um mínimo deve ter se conservado da medicina caseira portuguesa e africana e se mesclado à indígena, constituindo o início dessa prática médica, que foi acrescida no decorrer do tempo, como dissemos acima.

Martius, falando no século XIX, tenta minimizar a contribuição indígena, como sempre o faz pelos motivos já expostos, dizendo: “Mas muito se enganaria quem cuidasse que todas as plantas medicinais brasileiras de que se faz uso tivessem sido indicadas aos colonos pelos indígenas; antes tenho todas as razões para crer que pelo menos metade dellas foram descobertas pelos habitantes pretos ou brancos, e o seu uso por elles verificado” (16:21).

Em outra obra apresenta novo ponto de vista: “Asseveram-nos que no anno 1799, em todo o paiz, clinicavam apenas 12 medicos formados. A consequência disto foi ficarem as tradições dos indios quasi exclusivamente nas mãos dos barbeiros, dos autodidatas e das mulheres velhas;... (15:223). Note-se com que mágoa e desdém se refere à medicina popular e aos indígenas: “Os colonos portugueses, e no curto espaço em que Pisão e Marcgrave viajavão no Brasil, os Hollandêzes, aprenderão desses charlatães ou curandeiros o uso desses remedios, e sem a maior reflexão os applicarão. A maior parte delles ainda são empregados como remedios caseiros;... (16:19).

Martius (15:266-8) elabora duas teorias para explicar a origem do conhecimento indígena da flora medicinal. Na primeira afirma que ele estabeleceu relações de analogia e de semelhança entre os caracteres físicos de certas plantas com os de seu corpo. Assim, as partes vermelhas

serviriam para o sangue, as amarelas para fígado, etc. Na segunda, que seus conhecimentos farmacodinâmicos se originaram da observação do instinto dos animais que procuram certos vegetais quando estão doentes.

Devemos lembrar que essa preocupação de Martius em explicar as origens estava em acordo com o pensamento científico de sua época. Ainda nestas teorias observamos seu preconceito contra esses povos negando-lhes qualquer participação mais profunda nesses conhecimentos adquiridos, a não ser uma simples observação da natureza, e, também, pela medicina caseira, não científica. Afirma que “Nenhum medicamento deveria ser adotado senão depois de um cuidadoso exame de pessoas competentes, com o que se procuraria conseguir que a classificação dos remédios não dependesse de meras tradições domésticas, ou de embustes de homens ignorantes,... (16:36). Possivelmente sua formação científica estivesse chocada com a prática médica então existente no Brasil.

Nesse mesmo livro, (16:21 e 23) diz que os colonos portugueses foram obrigados a procurar novas plantas medicinais em lugar das que utilizavam em Portugal, e para isso se orientaram pela analogia externa, como forma, cor, cheiro, sabor, etc., e também pela observação dos instintos animais, tendo se sobressaído nessas tarefas os bandeirantes paulistas.

Autores modernos que se interessam pela maneira como foram descobertas as plantas medicinais valorizam mais a participação do homem. Campos (5:31) afirma: “Pode-se dizer que o sertanejo, em seus instantes de aflição, pelas dificuldades de receber um tratamento científico, e, entre outras coisas, levando em consideração que os animais acometidos de um mal qualquer procuram alívio muitas vezes em certas raízes e plantas..., foi pouco a pouco sanando os possíveis obstáculos à recuperação da saúde, experimentando,

para seus achaques, mezinhas obtidas pela maceração, infusão ou cozimento de raízes, folhas de algumas ervas e cascas de arbustos e árvores existentes na sua geobotânica”.

Com relação ao indígena diz Thales de Azevedo (2:270): “. . . o primitivo aprendera por experiência a usar com algum acerto uma porção de folhas, frutos, sementes, raízes, essências, bálsamos e resinas, partes lenhosas e brandas, que esmagava entre pedras, pulverizava, carbonizava, dissolvia, macerava, cozia, para ingerir, aspirar, friccionar ou aplicar em cataplasma numa série extensa de doenças.”

Dessas citações se conclui que a medicina popular do século XIX era constituída na sua maior parte ainda de elementos indígenas. Um autor recente, Thales de Azevedo, diz: Contudo é preciso levar em conta que muitas das espécies botânicas brasileiras não eram aproveitadas pelo índio para fins curativos; o colono português é que as descobriu e veio a utilizar como medicamento” (2:270)

Esta afirmação, como a que segue, está de acordo com o que estamos tentando expor, ou seja, que no início da colonização nossa medicina popular foi profundamente a indígena (mas não a única) e que com o passar dos tempos foi acrescida de novos conhecimentos. Sommer diz: “Diante de semelhante falta de médicos prestavam as curandeiras aos doentes serviços bem apreciáveis. Eram estas mulheres geralmente bem instruídas sobre as virtudes curativas das plantas, e os cientistas bávaros afirmaram que estes conhecimentos foram desenvolvidos e especialmente bem cultivados entre os paulistas” (26:49).

Do que ficou exposto nesta discussão podemos deduzir que a fitoterapia popular brasileira foi uma continuação da indígena, praticamente a tupi, conhecida e divulgada pelos jesuítas, predominantemente. E acrescida de alguns elementos da

portuguesa, africana e de novas descobertas (em todo o período). Mais tarde do possível conhecimento da de outros grupos tribais, à medida que a população se estendia para o interior do país e estabelecia contatos amistosos, mais ou menos permanentes, ou através das tribos submetidas ao colonizador.

O mecanismo dessa transmissão foi sobretudo oral, de geração a geração. Esse interesse em guardar e transmitir se explica pela constante falta de médicos, principalmente no interior, de que o país sempre se ressentiu. E nos grandes centros, onde havia, a população pobre não utilizava seus conhecimentos. Essa transmissão estava, portanto, ligada à própria sobrevivência. E à medida que a colonização abandonava o litoral em sua marcha para o oeste esses conhecimentos foram se espalhando, estando presente onde quer que houvesse um colono, ao mesmo tempo em que iam se enriquecendo com novos acréscimos.

Referindo-se à transmissão desse conhecimento diz Santos Filho: (24:185) “Os senhores de engenho, os fazendeiros e demais possuidores de escravos, não somente para estes, como para uso próprio e familiar, guardaram, copiadas em livros contábeis ou memorialistas, fórmulas apontadas como excelentes, que se transmitiam de geração a geração.” Machado (14:99) nos dá uma idéia da difusão desses conhecimentos ao afirmar: “Na falta de físicos e cirurgiões que acudissem a população, tanto nas bexigas, priorizes, tabardilho, câmaras de sangue, e outras doenças gerais, como nos casos ordinários, sobejavam mēzinheiros, triagueiros, benzeiros e curandeiros de toda a casta. A tal ponto, que a edilidade se viu forçada a regular o assunto.”

Brandão, referindo-se à época atual afirma que da leitura dos cronistas do período colonial, na parte referente à medicina indígena, “é que vemos como, quase sem alteração, fazemos uso hoje em dia

dos mesmos processos e remédios, naturais ou mágicos, entre a gente do campo, e mesmo entre o povo em geral, nas cidades (4:167). Campos informa que “de tal maneira os conhecimentos da terapêutica popular estão generalizados, que, mesmo sem a existência dos curandeiros profissionais, não haveria solução de continuidade em sua prática. Sem exagero, poderemos afirmar: cada sertanejo possui conhecimentos especiais a respeito da aplicação de mezinhas para esta ou aquela enfermidade. . . A prova do que estamos dizendo é o conhecimento que têm desses remédios e de determinadas orações, tanto as pessoas das cidades, como as dos pontos mais afastados do “hinterland”, e que não estão em contato com os profissionais da medicina popular (5:44-5). Em outra passagem diz: “hoje em dia repetem-se os mesmos remédios, as mezinhas que foram usadas largamente nos tempos coloniais” (5:28).

Essa base de origem indígena, acrescida dos elementos africanos e portugueses que se fundiram nos primórdios da colonização, formando nossa medicina popular e que acompanhou a penetração do povoamento no interior é, portanto, a responsável pelo que há de comum nos diversos locais deste imenso país. E será mais acentuada nas regiões distantes que conservaram a tradição colonial e indígena.

Referindo-se ao fato da fitoterapia ser mais ou menos uniforme diz Brandão: Essa característica comum encontrável

nos diferentes quadrantes brasileiros, se deve a herança indígena em grande parte, muito especialmente no que toca à flora medicinal” (4:166). Campos (5:25) estudando a medicina popular no Ceará, escreve: “Não muito raro, processos outros, observados na terapêutica popular dos tempos idos, permaneceram inalteráveis no Ceará e acreditamos que fatos idênticos não de verificar-se noutras zonas geográficas”. Nesta mesma obra (5:33) cita Coluccio, F. & Schiaffino, G. *Folclore y nativismo*, p. 121, que estudaram a medicina popular argentina e transcreve: “Los indígenas fueron los primeros que conocieron las virtudes curativas de determinados vegetales, y de ellos, por etapas sucesivas, llegaron a nuestros días, em que aún en grandes ciudades “Casas de Yoyos” y farmacias, venden hojas, ramitas, etc., excelentes para varias enfermedades”.

Para concluir citaremos Bastide que, ao estudar o catimbó, onde a influência indígena tem grande destaque, informa: “Ao lado deste primeiro ritual mágico (está se referindo à fumigação) temos o uso de ervas e é evidente que esta terapêutica, e, também uma gerança dos pagés indígenas. Mas encontraram-se nesta farmacopéia muito rica, . . . elementos de origem européia e plantas particularmente caras aos africanos, como a arruda (3:9). E conclui: “Em resumo, as religiões de origem indígena utilizam uma farmacopéia em grande parte dessa mesma origem . . .” (3:11).

---

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. — A contribution to the study of the Brazilian folk medicine. *Perspectivas*, São Paulo, 4:65-73, 1981.

**ABSTRACT:** *This paper analyses the contribution of the Indian medicine, as well as the Portuguese African and offers to the formation of the Brazilian folk phytotherapy. Other aspects studied here are the role played by the Jesuits in spreading this phytotherapy; the predominance of the vegetable kingdoms over the animal and mineral kingdoms; its penetration westwards and its diffusion inland.*

**KEY-WORDS:** *African medicine; Indian medicine; Portuguese medicine; phytotherapy. Formation of the folk phytotherapy. Re Jesuits contribution.*

---



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAÚJO, Alceu Maynard — *Medicina*. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional/I.N.L., 1977. 301 p.
2. AZEVEDO, Thales de — O vegetal como alimento e a medicina do índio. *Rev. Arg. Mun.*, São Paulo, 76 (7):263-70, maio, 1941.
3. BASTIDE, Roger — Medicina e magia nos candomblés. In: RIBEIRO, René & BASTIDE, Roger *Negros no Brasil: religião, medicina e magia*. São Paulo, USP/ECA, 1971. p. 7-33. (Série Cultura Geral, 17).
4. BRANDÃO, Adelino — *Recortes de Folclore*. Araçatuba, Gráfica Araçatubense, 1956. 206 p.
5. CAMPOS, Eduardo — *Medicina popular: superstição, credêncas e mezinhas*. 2. ed. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1955. 190 p.
6. CARVALHO, Sílvia M. S. de; RAVAGNANI, Oswaldo M.; DELGADO SOBRINHO, Antonio T. — A lógica subjacente às superstições e simpatias. *Perspectivas*, São Paulo, 1(1):45-62, 1975.
7. COLBACCHINI, Antonio & ALBISETTI, César — *Os bororós orientais oraimogodoque do planalto oriental de Mato Grosso*. São Paulo, Ed. Nacional, 1942. 454 p. (Brasiliiana série Grande Formato, 4).
8. DEBRET, Jean Baptiste — *Viagem pitoresca e histórica do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Martins, 1949. v.1. (Biblioteca História Brasileira, 4).
9. EVANS-PRITCHARD, E.E. — *Antropologia social da religião*. Rio de Janeiro, Campus, 1978. 183 p. (Contribuições em Antropologia, História e Sociologia, 1).
10. HOLANDA, Sérgio Buarque de — *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957. 334 p. (Coleção Documentos Brasileiros, 89).
11. LEITE, Serafim Soares — *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1938. v.2.
12. ——— *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*. . . Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1965. 291 p.
13. ——— *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega* (Opera Omnia). Coimbra, S.c.p., 1955. 570 p.
14. MACHADO, Alcantara — *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, Martins, 1943. 236 p. (Biblioteca de Literatura Brasileira, 5).
15. MARTIUS, Karl Friedrich P. von — *Natureza, doença, medicina e remédios dos índios brasileiros* (1844). Trad. pref. e notas de Pirajá da Silva. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. 286 p. (Brasiliiana, 154).
16. ——— *Sistema de matéria médica vegetal brasileira*. . . Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1854. 259 p.
17. MUSSOLINI, Gioconda — Notas sobre os conceitos de moléstia, cura e morte entre os índios Vapidiãna. *Sociologia*, São Paulo, 6(2):134—55, maio, 1944.
18. PRADO, J.F. de Almeida — *Pernambuco e as capitânicas do norte do Brasil* (1530-1630). São Paulo, Ed. Nacional. 1942. 314 p. (Brasiliiana, 175C).
19. RAVAGNANI, Oswaldo M. — *Fitoterapia — um ensaio sobre medicina popular*. São Paulo, Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da F.E.S.P., 1978. 2.v.
20. ——— *Medicina popular no Estado de São Paulo*. Araraquara, Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação-UNESP, 1981. 113 p. (Trabalho a ser publicado).
21. RIBEIRO, Darcy — *Virá sai a procura de Deus*. . . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. 173 p. (Coleção Estudos Brasileiros, 2).
22. RUGENDAS, João Maurício — *Viagem pitoresca através do Brasil*. 3. ed. São Paulo, Martins, 1941. 250 p. (Biblioteca Histórica Brasileira, 1).
23. SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro — *História da medicina no Brasil: do século XV ao século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1947. v.2 (Coleção Grandes Estudos Brasileiros, 3).
24. ——— *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, Hucitec/Ed. U.S.P. 1977. v.1.
25. ——— *Medicina colonial*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. dir. — *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1960. t.1. v.2. p.145-60.
26. SOMMER, Frederico — *A vida do botânico Martius*. . . São Paulo, Melhoramentos, s.d. 184 p. (Arquivos históricos, 12).
27. SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Karl Friedrich P. von — *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 2. ed. São Paulo, Melhoramentos, s.d. v.3.

Recebido para publicação em 08/05/81.